

 Ordem do dia
 Ata n.º 09

 Ponto n.º 20
 2025.04.17



INFORMAÇÃO INTERNA

INFORMAC	SAO INTERNA	
	DESPACHO Concordo. À Reunião de Câmara.	
	O Presidente da Câm	nara
	(Nuno Fonseca)	
ASSUNTO: ADG/21/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTAS DO MUNICIPIO (ROC) — NOMEAÇÃO DE AUI		Data:2025/04/14
DE: DCP PARA: Exmo. Sr. Presidente		N.º: 130
Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que a seguir se transcreve: "O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas." Considerando ainda que decorrido o procedimento mencionado em assunto, foi adjudicado e aprovada a minuta do contrato, por despacho do Exmo. Sr. Vereador Dr. Ricardo Freitas, que se remete em anexo, à sociedade 'Ricardo Pereira & Associados - SROC, Lda.".		
Somos a propor que: Seja submetido, à próxima reunião de Câmara, para propor à Assembleia Municipal a nomeação, da sociedade 'Ricardo Pereira & Associados - SROC, Lda." Como auditor externo.		
À consideração superior de V.ª Ex.ª		
(O/A Proponente)		



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADG/21/2025

INFORMAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO



Procedimento | ADG/21/2025



Parecer	Despacho
Tendo por base a FNC apresentada pelos serviços e a escolha do procedimento proposto, com enquadramento no CCP, verifica-se que estão cumpridos os requisitos do CCP para a formalização da adjudicação e aprovação da minuta. 2025-04-08 17:32:22, Natália Martins	Autorizo nos termos propostos. Cumpra-se na íntegra o CCP. Autorizo, Aprovo a minuta e Adjudique-se como proposto na informação técnica. 2025-04-08 18:02:18, Vereador Ricardo Freitas



1. Referência do Procedimento

ADG/21/2025

2. Entidade competente para decidir contratar e para autorizar a despesa

Nos termos do número 1 do artigo 36.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar o objeto do contrato do presente procedimento e para autorizar a realização da despesa é Vereador Ricardo Freitas.

3. Objecto do contrato

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA AS CONTAS DO MUNICIPIO (ROC)

4. Tipo do contrato

Aquisição de Serviços

5. Adjudicatário

Ricardo Pereira & Associados - SROC, Lda (516122150)

6. Preço contratual

12.000,00 Euros + IVA

7. Visto prévio do Tribunal de Contas

Dispensado

Nos termos do $n.^{\circ}$ 1 do artigo $48.^{\circ}$ da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas

8. Prazo de suspensão

Não aplicável

- Foi adotado um procedimento sem publicidade internacional.
- Foi apresentada apenas uma proposta.

9. Minuta do contrato

A minuta foi disponibilizada.

Praça da República Telef. 255318000 / Fax. 0 www.cm-felgueiras.pt

^{*} Este documento foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da formalização da decisão de adjudicação.



CONTRATO AVULSO N.º/2025

"Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município" Ajuste direto nos termos da al. d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação

Valor: 12.000,00 €
Sónia Alexandra Vieira Guedes Nunes, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos,
em regime de substituição do Departamento de Apoio à Gestão da Câmara Municipal
de Felgueiras, na qualidade de Oficial Público, vem reduzir a escrito o contrato de
"Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município", entre os
seguintes outorgantes:
PRIMEIRO – Nuno Alexandre Martins da Fonseca, com domicílio
profissional nos Paços do Concelho de Felgueiras, intervindo em representação do
Município de Felgueiras, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal,
pessoa coletiva de direito público n.º 501 091 823, no uso da competência que lhe
confere o disposto na alínea f), do n.º 2, do art.º 35°, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro.
SEGUNDO –, titular do Cartão de Cidadão número
, válido até de de 20, residência profissional na Rua, da
Freguesia de, concelho de, que outorga em representação da
"Ricardo Pereira & Associados - SROC, Lda.", na qualidade de, pessoa
coletiva n.º 516 122 150, com sede na Rua Heróis de França, n.º 627, da União de
Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, com o capital
social de cinquenta mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o
número único de matrícula 516 122 150.
Verifiquei a identidade do Primeiro Outorgante, bem como a sua qualidade e
suficiência dos poderes para este ato, por conhecimento pessoal.
Verifiquei a identidade do Segundo Outorgante, pelo cartão de cidadão supra



referido e a qualidade em que outorga e respetivos poderes de representação pela
procuração e pela certidão permanente da Conservatória do Registo Comercial
processada informaticamente, subscrita em 27 de agosto de 2023 e válida até 27 de
agosto de 2025 (cfr. documento que arquivo)
E pelo PRIMEIRO OUTORGANTE foi dito:
Que o presente contrato designado por "Prestação de Serviços de
Auditoria Externa às Contas do Município", o qual foi precedido de Ajuste Direto
autorizado por despacho do Sr. Vereador da Câmara Municipal, datado de 25 de março
de 2025, proferido no uso da competência delegada pelo Presidente da Câmara
Municipal pelo despacho n.º 009/2023 e edital de 05 de maio de 2023, tendo sido
adjudicado ao Segundo Outorgante e aprovada a minuta do contrato por despacho do
Sr. Vereador da Câmara Municipal, datado de de 2025, proferido no uso da
competência delegada pelo Presidente da Câmara Municipal pelo referido despacho e
edital (cfr. Informações que arquivo e que fazem parte integrante do presente
contrato)
Mais disse o PRIMEIRO OUTORGANTE:
1. Que o Segundo Outorgante obriga-se à prestação de serviços de auditoria
externa às contas do Município, de conformidade com as especificações técnicas
presentes no Anexo A do Caderno de Encargos
importância global de $12.000,00$ € (doze mil euros), acrescida de IVA à taxa legal em
vigor, a qual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não
esteja expressamente atribuída ao Primeiro Outorgante, de harmonia com a proposta
por si apresentada, e em conformidade com o projeto de decisão de adjudicação
elaborado pelo gestor do procedimento, datado de 04 de abril de 2025, ficando esta
prestação de serviços sujeita às disposições gerais e Anexo A do Caderno de Encargos,
documentos esses que arquivo e que fazem parte integrante do presente contrato
3. O presente contrato mantém-se em vigor pelo período de 12 (doze) meses



a iniciar em 01 de julho de 2025 e após publicitação do mesmo na BaseGov, nos
termos do artigo 127º do CCP, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam
perdurar para além da cessação do mesmo
4. O Segundo Outorgante obriga-se a executar os serviços objeto do presente
contrato com as características e quantidades presentes no Anexo A do Caderno de
Encargos, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e
dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento,
sendo responsável por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do
contrato que se verifiquem após a sua execução, em conformidade com a cláusula $5^{\rm a}$
do Caderno de Encargos
execução dos serviços objeto do presente contrato, todos os documentos que sejam
necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles
6. O Segundo Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e
documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Primeiro
Outorgante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução
do contrato, em conformidade com as cláusulas 7ª e 8ª do Caderno de Encargos
60 (sessenta) dias, após a receção pelo Primeiro Outorgante das respetivas faturas
mensais no valor de 1.000,00 \in (mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, as
quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, que ocorre
com a execução dos serviços objeto do contrato
8. Em caso de discordância por parte do Primeiro Outorgante, quanto aos
valores indicados nas faturas, este deve comunicar ao Segundo Outorgante, por
escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os
esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida
9. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente contrato, o
Primeiro Outorgante pode exigir do Segundo Outorgante o pagamento de uma pena
pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, sendo de



até 10% do preço contratual, em caso de existir incumprimento do prazo da prestação
de serviços objeto do contrato, e de até 20% do preço contratual, em caso de
resolução do contrato por incumprimento do Segundo Outorgante, conforme o previsto
na cláusula 12ª do Caderno de Encargos
10. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na
lei, o Primeiro Outorgante pode resolver o contrato, a título sancionatório, mediante o
envio de declaração ao Segundo Outorgante, no caso deste último violar de forma
grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos
na cláusula 14ª do Caderno de Encargos
11. Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela classificação
orçamental orgânica no corrente ano no capítulo e económica no, com a
dotação global de,00 € (euros) e o saldo disponível de
€ (cêntimos), ao qual foi atribuído em de de 2025
o compromisso n.º 2025/, efetuado com base no cabimento n.º 2025/,
encontrando-se o compromisso contemplado no PAM 2020-A-2.
12. Nos termos do disposto no art.º 290º-A do CCP, na sua atual redação, foi
designado como gestor do contrato, por despacho do Sr. Vereador da Câmara
Municipal, datado de 25 de março de 2025, proferido no uso da competência delegada
pelo Presidente da Câmara Municipal pelo despacho n.º 009/2023 e edital de 05 de
maio de 2023, a Coordenadora Técnica do Município, chefe dos Serviços de Gestão
Orçamental, Patrimonial e de Custos, Maria Isménia Teixeira Pinto Monteiro.
13. Para além do previsto neste contrato, nos casos omissos regulará a
legislação aplicável, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos (CCP).
14. Em seguida, o SEGUNDO OUTORGANTE na qualidade em que intervém,
aceita o presente contrato nos termos exarados, tendo conhecimento do conteúdo e
teor dos documentos atrás referidos:
Mais arquivo:
a) Caderno de Encargos:



b) Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais, aprovados
por despacho de 27 de março de 2025;
c) Documentos de habilitação apresentados pelo Segundo Outorgante;
d) Comprovativo da declaração submetida no dia de de 20 junto do
Registo Central do Beneficiário Efetivo.
Verifiquei que o Segundo Outorgante tem a sua situação contributiva
regularizada perante a Segurança Social por uma declaração emitida em de
de 2025, pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social, I.P. e a sua situação
tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, por uma certidão
emitida em de 2025, pelo Serviço de Finanças de,
documentos que arquivo
E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, composto
por 5 (cinco) páginas, que vai ser assinado eletronicamente, através de assinatura
digital, por ambos os Outorgantes e pelo Oficial Público que o elaborou, nos termos e
para os efeitos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, em sinal de
conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a
aposição da última assinatura
1.º Outorgante:
2.º Outorgante:

O OFICIAL PÚBLICO: